

PLANO DE CURSO

Oficina: Prorrogação de Contratos Administrativos – Requisitos para a correta instrução processual.

Período pretendido:

Turma A: 22/10/2018, das 14h às 18h – 4 h/a

Turma B: 23/10/2018, das 14h às 18h – 4 h/a

Turma C: 24/10/2018, das 14h às 18h – 4 h/a

Instrutores:

- Módulo I: Vinicius Augusto Bittencourt Dalcol

Matrícula Siape: 1764266

Carga Horária: 2h/a por turma / Total: 6 h/a

- Módulo II: Daniel Peruzzo Jardim

Matrícula Siape: 1478797

Carga Horária: 2h/a por turma / Total: 6 h/a

Elaboração de Conteúdo:

- Módulos I e II: Gustavo Henrique Corrêa de Paula Maciel

Matrícula Siape: 1475463

Carga Horária: 4h/a

Público-alvo: Servidores públicos que atuam ou irão atuar na equipe de fiscalização dos contratos administrativos do Ministério da Justiça.

Modalidade: Presencial.

Ementa: O curso irá abordar todos os requisitos legais para a instrução processual da prorrogação, iniciando com a apresentação dos normativos vigentes e sua relação com a atividade de fiscalização, e, posteriormente, clarificando cada requisito e sua forma de atendimento.

Objetivos:

- a) Geral: Capacitar os servidores para compreender os elementos constitutivos para a instrução do procedimento de prorrogação dos contratos administrativos, com foco no papel da equipe de fiscalização.

b) Específicos:

- b.1. Apresentar as normas vigentes e sua relação com as atividades de fiscalização;
- b.2. Abordar os requisitos legais para a correta instrução processual para a prorrogação contratual.

Conteúdo Programático:

Módulo I – Fiscalização e as normas vigentes

- a) Lei nº 8.666/93;
- b) Decreto nº 2.271/97;
- c) Decreto nº 7.689/2012
- d) Decreto nº 8.540/2015;
- e) Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017;
- f) Portaria MP nº 409/2016;
- g) Orientação Normativa AGU nº 03/2009;
- h) Parecer referencial n. 00001/2018/CONJUR-MJ/CGU/AGU.

Módulo II – Requisitos da prorrogação

- a) Fiscalização atuante e registro das ocorrências;
- b) Previsão de prorrogação nos artefatos da licitação;
- c) Não ocorrência de solução de continuidade;
- d) Manifestação de interesse entre as partes;
- e) Pesquisa de Preços;
- f) Nota Técnica da unidade requisitante:
 - Justificativa Formal;
 - Manifestação acerca da regular prestação dos serviços;
 - Caracterização do serviço como continuado ou não;
 - Manutenção do interesse público;
 - Declaração de vantajosidade;
 - Existência de itens não renováveis ou depreciáveis.
- g) Autorizações – prévia da prorrogação e da despesa;
- h) Manutenção das condições de habilitação (Certidões/Penalidades);
- i) Declaração de disponibilidade orçamentária;
- j) Minuta de Termo Aditivo;
- k) Análise Jurídica;
- l) Renovação da garantia de execução.

Metodologia:

- a) Módulo I - Inicialmente será realizada uma exposição das principais normas vigentes, fazendo uma relação das partes específicas que tratam da fiscalização e da prorrogação contratual com as atividades da equipe de fiscalização;
- b) Módulo II – Após conhecimento das normas, os requisitos instrutórios da prorrogação contratual serão abordados individualmente, de forma aprofundada, indicando a legislação específica que a exige e conceitos, bem como apresentação de casos e modelos.

- A metodologia e o material serão desenvolvidos para uma dinâmica envolvendo pequenas turmas, com no máximo de 20 inscitos por turma. Com isso, os instrutores poderão trabalhar cases de forma eficiente, assim como responder e analisar dificuldades levantadas pela turma.

Recursos Necessários:

- a) Sala de aula;
- b) Computadores individuais para os 20 alunos;
- c) Projetor Multimídia;
- d) Tela de Projeção;
- e) Compatibilidade com o programa *Power Point*;
- f) *Flip-chart* ou quadro branco;
- g) Canetas para *flip-chart* ou quadro branco;
- h) Blocos de anotações para os participantes;
- i) Canetas esferográficas para os participantes.

Coordenação de Contratos - Ministério da Justiça